

IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE OS COMPROMISSOS POLÍTICOS DE PROFESSORES ANALISTAS DO COMPORTAMENTO DO ESTADO DO PARANÁ

Kawana Imamura Jeronimo (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR); Laís Facchini (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR); Carlos Eduardo Lopes (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR)

contato: kawana.imamuraj@gmail.com

lalifacchini@gmail.com

Palavras-chave: Analista do comportamento. Política. Ideologias.

Ao analisar as críticas políticas endereçadas ao behaviorismo radical é possível observar que duas visões prevalecem: a de que ele é neutro e apolítico (REIS; GUARESCHI, 2010) e a de que serve aos interesses do Estado, sendo reacionário e antidemocrático (CARRARA, 2005). Mas essas críticas, que acompanham o behaviorismo skinneriano desde seu início, são de fato consistentes com os posicionamentos políticos dos profissionais dessa área? Ou são resultado de uma série de desentendimentos sobre os conceitos filosóficos básicos dessa proposta de psicologia?

As críticas dirigidas à análise do comportamento são construídas histórica e socialmente, e são comuns a praticamente todas as psicologias científicas, cuja tentativa de manterem-se neutras e imparciais as afasta dos fatores sociais e culturais aos quais cada indivíduo está submetido (REIS; GUARESCHI, 2010). Não obstante, o fortalecimento de uma posição livre de conhecimento e comprometimento social seria reflexo de uma formação acadêmica que não leva em conta esses aspectos sociais, e a negligência desses fatores seria o motivo das críticas que taxam a psicologia como apolítica (DIMENSTEIN, 2000).

No caso do behaviorismo, essas críticas sociais apoiam-se, muitas vezes, em dados históricos questionáveis. Antunes (1996), por exemplo, afirma que quando o behaviorismo chega ao Brasil, em 1964, no contexto ditatorial, ele teria sido utilizado como meio de adequação da escola ao modelo vigente, por meio do procedimento do controle e condicionamento. Contudo, Matos (1998) relata que os behavioristas brasileiros tinham a intenção de estabelecer cursos de psicologia influenciados na teoria do reforço, cujo modelo seria o curso da Universidade de Brasília, mas com o golpe militar essa universidade sofreu intervenção e muitos professores, inclusive os precursores nacionais da análise do comportamento, foram perseguidos e cassados.

IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

As críticas conceituais partem, geralmente, de um equívoco acerca do conceito de *controle*. Para os críticos, controle é entendido como instrumento de manipulação institucional, e se os behavioristas defendem o controle, eles necessariamente agem a favor do Estado, mantendo sua estratificação e exploração. Entretanto, reconhecendo a importância do ambiente social, alguns analistas do comportamento defendem a necessidade da psicologia estudar a política, uma vez que com esse estudo seria possível desvelar as contingências coercitivas que o Estado utiliza para manipular a população (HOLLAND, 1978; NETO; ALVES; BAPTISTA, 2007). Holland (1978), por exemplo, argumenta que o behaviorismo defende um Estado mais igualitário e livre da exploração de trabalhadores pelas mãos de uma pequena elite. Dessa forma, o behaviorista deveria trabalhar para que o bem comum torne-se mais reforçador que o acúmulo individual, o que exigiria profundas alterações nas instituições sociais de modo a criar contingências que enfraqueçam o comportamento explorador dos indivíduos.

Diante desse panorama, esta pesquisa tem o objetivo de investigar se, atualmente, os compromissos políticos dos analistas do comportamento são condizentes com as tradicionais críticas políticas endereçadas à análise do comportamento, ou mantem-se coerentes a uma proposta mais engajada, como sugere Holland (1978). Para tanto, será realizada uma pesquisa empírica com 13 professores do Estado do Paraná, que tenham produção ou atuação orientada pela análise do comportamento, selecionados na Plataforma *Lattes* (CNPq). Como material para a pesquisa será utilizado um questionário eletrônico enviado por e-mail para os participantes, que só poderá ser acessado após o aceite do termo de esclarecimento livre e esclarecido.

Com esta pesquisa pretende-se avaliar a atualidade das críticas sociais do behaviorismo, esclarecendo se o posicionamento desse profissional em psicologia é de fato apolítico e neutro, ou mesmo antidemocrático, ou se isso é apenas uma estigmatização mantida de maneira irrefletida. Supõe-se que a avaliação dessas críticas traria ganhos no que diz respeito tanto à teoria quanto à profissão, pois com a ampliação do conhecimento sobre as práticas políticas desses profissionais é possível avaliar a formação de analistas do comportamento no que concerne à política.

Referências

IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

ANTUNES, M. A. M. **A psicologia no Brasil**: leitura histórica sobre sua constituição. 5 ed. São Paulo: Unimarco /Educ. 2007. p. 17-34.

CARRARA, K. **Behaviorismo radical**: crítica e metacrítica. São Paulo. Editora UNESP. 2005.

DIMENSTEIN, M. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estudos de Psicologia**. 2000. vol. 5. n.1. p. 95-121.

HOLLAND, J. G.. Behaviorism: part of the problem or part of the solution? **Journal of Applied Analysis Behavior**. 1978. vol.11. n.1. p. 163-174.

MATOS, M. A. Contingências para a análise comportamental no Brasil. São Paulo. **Psicologia USP**. 1998. vol.9.n.1.

NETO, M. B. C; ALVES, A. C. P.; BAPTISTA, M. Q. G. A “consciência” como suposto antídoto para a violência. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognição**. 2007, vol. 9, n. 1, p. 27-44

REIS, C.; GUARESCHI, N. M. F. Encontros e desencontros entre Psicologia e Política: formando, deformando e transformando profissionais de saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 2010. vol.30. n.4. p. 854-867.